

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 768/2024

AUTOR: Deputado **PROFESSOR JÚNIOR GEO**

ASSUNTO: Altera a Lei nº 3.811, de 04 de agosto de 2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos portadores de Transtorno do Déficit de Atenção com a Hiperatividade (TDAH) e com Transtorno do Déficit de Atenção sem Hiperatividade (TDA).

RELATOR: Deputado **NILTON FRANCO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Vem a esta Comissão para exame, de autoria do Deputado PROFESSOR JÚNIOR GEO, o Projeto de Lei nº 768/2024, que “Altera a Lei nº 3.811, de 04 de agosto de 2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos portadores de Transtorno do Déficit de Atenção com a Hiperatividade (TDAH) e com Transtorno do Déficit de Atenção sem Hiperatividade (TDA).”

Aduz o autor que a proposta tem como objetivo aprimorar a lei nº 3.811, de 04 de agosto de 2021, a qual estabelece diretrizes para acompanhante integral de educandos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e com Transtorno do Deficit de Atenção sem Hiperatividade (TDA), visando garantir adequações nas salas de aula, nos materiais didáticos e na prática pedagógica para atender às necessidades específicas desses alunos.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Pois bem.

Cabe ressaltar também que no ordenamento jurídico estadual, é assegurado pela Lei nº 3.811, de 4 de agosto de 2021, que “Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos portadores de transtorno do Déficit de atenção com Hiperatividade (TDAH) e com Transtorno do Déficit de Atenção sem Hiperatividade (TODA)”, no art. 3º que educandos portadores de TDAH ou TDA, que **apresentam alterações no desenvolvimento da parte pedagógica ligada a leitura e da escrita, bem como instabilidade na atenção que venham a repercutir na aprendizagem, devem ter assegurado o acompanhamento específico voltado a sua dificuldade**, da forma mais precoce possível, pelos seus educadores no âmbito da própria escola na qual estão matriculados, podendo contar com apoio e orientação da área de saúde, da assistência social e de outras políticas públicas existentes no Estado do Tocantins.

Podemos destacar que nessa mesma Sessão legislativa foi rejeitado o projeto de lei nº 745/2024, que tratava sobre o mesmo assunto, que esse presente projeto de lei pretende aprovar, de modo que fica prejudicada o projeto.

Assim, nos termos do artigo 148, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, considera prejudicada a discussão ou votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado ou **rejeitado**, na mesma Sessão Legislativa.

Ante o exposto, e estando a propositura prejudicada em virtude de outro projeto ter sido rejeitado na mesma sessão Legislativa, **VOTO** pelo **ARQUIVAMENTO** do Projeto de Lei nº **768/2024**.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2024.



Deputado **NILTON FURTANÇO**
Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) NILTON FRANCO referente ao(a) PL 768/2024

OBS:.....

Encaminhe-se(a) (ao) ARQUIVO

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2024

Deputado NILTON FRANCO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS

MEMBROS SUPLENTE

Dep. GIPÃO(✓)	Dep. MOISEMAR MARINHO(✓)
Dep. CLAUDIA LELIS()	Dep. VANDA MONTEIRO()
Dep. CLEITON CARDOSO(✓)	Dep. VALDEMAR JÚNIOR()
Dep. NILTON FRANCO(✓)	Dep. OLYNTHO NETO()
Dep. PROF. JÚNIOR GEO()	Dep. GUTIERRES TORQUATO()